

## DOCUMENTOS HISTÓRICOS

## Corrupção no Estado vem de 1858

Esse é o ano do primeiro registro de desvio de dinheiro, com inquérito contra um controlador de rendas que morreu antes de ir a julgamento

Ricardo Aiolfi

No momento em que a população cobra soluções contra a corrupção, documentos antigos mostram que este não é um mal apenas da atualidade. Inquéritos policiais guardados no Arquivo Público Estadual mostram que os primeiros casos no Espírito Santo datam de 1858.

Nesse inquérito, o controlador de rendas Paulo Ferreira de Andrade é acusado de desviar dinheiro público dos municípios de Itapemirim, Benevente e Guarapari. Apesar do processo em torno do caso, o réu morreu antes do julgamento, e a ação ficou sem conclusão.

Outro inquérito, de 1873, acusa de peculato (desvio de dinheiro público) o tesoureiro Antônio Rodrigues Pereira. O presidente da província, desconfiado do crime, solicitou a conferência do cofre.

Comprovado o desvio, o tesoureiro foi denunciado e condenado a 2 meses e 10 dias de prisão em 1876, além do pagamento de multa. O processo tem 100 páginas, e foi feito pelo promotor Misael Ferreira Pena, que hoje dá nome a uma praça atrás do Parque Moscoso.

Apesar do detalhamento dos processos, a letra manuscrita em caneta-tinteiro e o papel amarelado já gasto pelo tempo prejudicam o estudo dos documentos. Enfrenta o mesmo problema o inquérito de 1964, que acusa o secretário da Câmara de Cariacica, Manoel Gomes Pereira, de desvio de dinheiro público. A verba seria usada para pagar os funcionários da Câmara.

O coordenador do acervo permanente do Arquivo Público Estadual, Michel Caldeira de Souza, afirmou que o arquivo guarda muitas histórias do Poder Judiciário ainda desconhecidas.

“O papel dos pesquisadores é essencial para que os documentos sejam conhecidos e se transformem em histórias disponíveis para a sociedade”, afirmou.

O historiador Estilague Ferreira dos Santos se dedicou a estudar a atuação do Tribunal da Inquisição, em que, pelo menos, 29 pessoas no Espírito Santo foram submetidas.

Em um dos casos, um traficante de escravos foi preso. “Ele não foi preso por ser traficante, mas sim por ser judeu. Ele foi levado a Portugal para julgamento. O mais surpreendente é que ele levou todos os seus escravos pessoais, que continuaram o servindo, mesmo dentro da prisão”, contou.

Estilague relata que todas as pessoas foram julgadas injustamente pela Inquisição, já que as denúncias não eram comprovadas.

## PESQUISA



LEONE IGLESIAS/AT

## Novas descobertas todos os dias

O Arquivo Público do Espírito Santo é um local destinado a pesquisadores e reúne documentos com datas desde 1768. Os materiais disponíveis podem ser consultados sob orientação dos profissionais que organizam o acervo.

Para o coordenador do acervo permanente, Michel Caldeira de Souza, todos os dias ocorrem descobertas nas consultas dos pesquisadores: “O acervo é muito grande. É impossível conhecer todos os documentos.”

O arquivo conta com documentos

da época da escravidão; do Departamento de Ordem Política Social (Dops), dos tempos do regime militar; cartazes e fotos; e jornais de diversas épocas. O Arquivo Público também trabalha na publicação Canaã, que resgata a história do Estado.

## Conservação e letra escrita à mão dificultam os estudos

Responsáveis por organizar os acervos de documentos antigos do Estado apontam a caligrafia manuscrita em caneta-tinteiro e a conservação dos documentos como os grandes desafios para o estudo.

Segundo o historiador Estilague Ferreira dos Santos, que estuda a história do Judiciário capixaba, é preciso passar por treinamento para conseguir ler a caligrafia antiga. “Não é fácil ler esses documentos. Tem de conhecer paleografia, uma técnica de leitura de documentos antigos. Além disso, tem o perigo para a saúde. É preciso usar máscaras e luvas para evitar a poeira.”

O historiador também aponta que os documentos antigos não têm uma padronização na escrita das palavras, o que dificulta a interpretação da leitura.

Para o coordenador do acervo permanente do Arquivo Público Estadual, Michel Caldeira de Souza, a higienização constante e conservação dos documentos é essencial para permitir a pesquisa: “Higienizamos constantemente os documentos mais antigos para evitar a poeira e a deterioração, além de mantê-los climatizados.”

Para o jornalista e professor de Antropologia Adilson Vilaça, recolher e organizar documentos também é dificuldade ao pesquisar.

## Governo destruiu papéis para não pagar indenização

Parte da história dos brasileiros negros foi destruída por decreto. Em 14 de dezembro de 1890, o então ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, determinou que órgãos públicos destruíssem qualquer documento com registros, matrículas de escravos e de seus filhos libertos.

Segundo o juiz Alexandre Borgo, que organizou o memorial do Fórum de Guarapari, poucos documentos desta época sobraram.

“Ele tinha medo das indenizações aos senhores de escravos, que seriam muito altas, por isso tomou esta decisão. Os arquivos que so-

braram foram aqueles mais inacessíveis, como os do Judiciário.”

Borgo conta que, durante a organização do memorial, alguns documentos de compra e venda de escravos, além de cartas de alforria, foram localizados e organizados: “Eles descreviam os escravos como animais. Falavam dos dentes, da aptidão ao trabalho, do porte. Os inventários de óbito traziam a lista de escravos de cada senhor.”

O juiz disse que cartórios e fóruns antigos fora da Grande Vitória ainda contêm documentação da escravatura preservada em seus acervos.



DIVULGAÇÃO

**RUY BARBOSA** determinou a destruição dos documentos, para evitar pagamentos aos senhores de escravos

## Ex-governador lutou contra a castração de escravos

O ex-governador do Espírito Santo Afonso Cláudio lutou contra a castração de escravos, após a assinatura da Lei do Ventre Livre, em 1871. A partir desta lei, todos os filhos de escravos seriam considerados livres e ficariam sob tutela dos senhores de escravos.

Segundo o historiador Maciel de Aguiar, como as crianças não poderiam ser escravizadas ou vendidas, os senhores optavam por castrar os negros ou assassinar os recém-nascidos.

Maciel de Aguiar conta que os clubes dos abolicionistas, pessoas que queriam o fim da escravidão, moviam processos na Justiça contra os senhores de escravos, entretanto nunca ganhavam as ações.

“Quem moveu esses processos foram os abolicionistas. O problema é que quem julgava eram os próprios senhores, já que eram famílias coroadas que tinham seus desembargadores e juízes para defenderem suas causas”, contou.

Afonso Cláudio se tornou desembargador do Tribunal de Justiça em 1891 e foi um dos únicos juí-



DEAN NONATO - 15/11/2014

**MACIEL** contou sobre processos

zes que defendiam a política abolicionista, segundo Maciel.

Afonso Cláudio também se posicionou contra a punição dada pela Justiça aos escravos da Insurreição de Queimados. “Não houve um julgamento correto. Os juízes ouviram os clamores da sociedade e condenaram”, conta o historiador Estilague Ferreira dos Santos.